

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

PORTARIA CONJUNTA Nº 1/2020 TRE-MA/PR/DG/SGP

Adota medidas preventivas para a redução dos riscos de contaminação com coronavírus, causador da COVID-19, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

O PRESIDENTE E O VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos VIII e IX do art. 18 e pelos incisos III e IV do art. 19 da Resolução nº 9030, de 24 de janeiro de 2017, bem como o disposto na Resolução nº 9.550, de 8 de outubro de 2019, ambas do TRE-MA,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o coronavírus, causador da COVID-19, caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO que este Tribunal e as Zonas Eleitorais recebem, diariamente, grande volume de eleitores, servidores, magistrados e jurisdicionados nas suas dependências;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar contaminações em grande escala e de restringir os riscos;

CONSIDERANDO que a adoção de hábitos de higiene básicos aliados com a ampliação de rotinas de limpeza em áreas de circulação reduzem significativamente o potencial do contágio; e

CONSIDERANDO os recursos de tecnologia da informação e a possibilidade de realização das atividades laborais em regime remoto.

RESOLVE:

- Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA).
 - Art. 2º Para efeitos desta Portaria, entende-se como:
- I caso suspeito de COVID-19: Qualquer servidor, estagiário, terceirizado ou membro do Tribunal que apresentar febre ou sintomas respiratórios (coriza, tosse, dor de garganta, dor no corpo, prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais);
- II teletrabalho: modalidade de trabalho executado fora das dependências do órgão, com a utilização de recursos tecnológicos;
 - III unidade: subdivisão administrativa do Tribunal dotada de gestor;
 - IV gestor da unidade:
- a) Diretor-Geral, para núcleos e comissões permanentes, Gabinete da Diretoria Geral, Gabinete da Presidência, Assessorias e Coordenadorias vinculadas a Diretoria e Presidência.
 - b) Secretário, para as respectivas Secretarias.
 - c) Assessor Administrativo da CRE, para unidades da Corregedoria;
 - e) Membro da Corte, para o respectivo Gabinete;
 - f) Ouvidor Regional Eleitoral, para a Ouvidoria;
 - g) Juiz Membro Diretor da Escola Judiciária Eleitoral EJE, para respectiva Escola;
 - h) Procurador Regional Eleitoral, para a Procuradoria Regional Eleitoral; e
 - j) Juiz Eleitoral, para a respectiva Zona Eleitoral.

- IV chefia imediata: o ocupante de cargo em comissão ou função comissionada, de natureza gerencial a quem se reporta diretamente o servidor subordinado.
- Art. 3° Os servidores enquadrados nos casos suspeitos devem comunicar à chefia imediata, que se reportará ao gestor da unidade, devendo este determinar a inclusão do servidor em regime de teletrabalho pelo prazo de 15 (quinze) dias, bem como definir os critérios para aferição de produtividade, a serem acompanhados pela chefia.
- § 1º Nos casos em que a enfermidade impossibilite a prestação do trabalho remoto, o interessado será posto em quarentena de 15 (quinze) dias, adotando-se, prioritariamente, o seguinte protocolo:
- I O servidor dará ciência à chefia imediata e, após, registrará requerimento de afastamento no sistema Portal do servidor (serviços médicos), relatando detalhadamente seus sintomas, anexando comprovação da ciência da chefia, sem a necessidade de juntar atestado médico de hospital ou clínica externos.
- II O Membro da Corte comunicará o período do seu afastamento por e-mail à Seção de Controle de Juízos Eleitorais (SECOJ);
- §2º O servidor que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se os sintomas persistirem.
- §3º Os gestores deverão conceder o regime de teletrabalho temporário pelo prazo de 15 (quinze) dias aqueles que tiverem regressado de viagens a localidades com circulação viral sustentada ou se contactantes diários de familiares que lá estiveram, e aqueles que apresentarem febre ou sintomas respiratórios dentro desse período deverão observar os protocolos do parágrafo anterior.
- § 4º Quando houver dúvida quanto às localidades em que o risco se apresenta, a chefia imediata consultará a Seção Médico-Ambulatorial-Odontológica (SEMED) para resposta.
- Art. 4º A SEMED prestará todas as informações necessárias quanto ao protocolo de atendimento específico para os casos suspeitos de COVID-19.

Parágrafo único. De forma excepcional, não será exigido o comparecimento físico para perícia médica daqueles que forem diagnosticados como caso suspeito ou confirmado e receberem atestado médico externo.

- Art. 5º Os servidores maiores de 60 (sessenta) anos, as grávidas e aqueles portadores de doenças crônicas que compõem grupo de risco, poderão optar pela execução de suas atividades por teletrabalho, cujos critérios de medição serão firmados entre o servidor e o gestor da sua unidade de lotação.
- § 1º O afastamento disposto no caput deste artigo às grávidas e ao portador de doença crônica estará condicionada ao deferimento da SEMED, devendo usar o sistema Portal do servidor (serviços médicos) na opção "COVID-19", adequada a sua situação.
- § 2º Atestado enquadramento do requerente em grupo de risco pela SEMED, caberá ao gestor da unidade do servidor que optar pelo regime de teletrabalho, comunicar a Coordenadoria de Pessoal (COPES), para adoção de todas as medidas, inclusive, registro de frequência.
- § 3º O afastamento disposto no caput deste artigo aos maiores de 60 (sessenta) anos, será requerido junto ao gestor da unidade, cabendo a este comunicar o deferimento a Coordenadoria de Pessoal (COPES), para adoção de todas as medidas, inclusive, registro de frequência.
- Art. 6º Respeitada à prioridade do grupo do caput do artigo 5º, excepcionalmente, com o intuito de reduzir a circulação e aglomeração de pessoas nas dependências do Tribunal, os gestores das unidades estão autorizados a flexibilizar a forma de prestação dos serviços, adotando medidas como a instituição de regime preferencial de trabalho remoto temporário, bem como o rodízio entre atividades presenciais e remotas, sem prejuízo do cumprimento da jornada e das atribuições da unidade.

Parágrafo único. Caberá ao gestor da unidade do servidor em teletrabalho, comunicar a Coordenadoria de Pessoal (COPES), para adoção de todas as medidas, inclusive, registro de frequência.

Art. 7º Os gestores dos contratos de prestação de serviço deverão notificar as empresas contratadas quanto à responsabilidade destas em adotar todos os meios necessários para conscientizar seus

funcionários quanto aos riscos do COVID-19 e quanto à necessidade de reportarem a ocorrência de sintomas de febre ou sintomas respiratórios, estando as empresas passíveis de responsabilização contratual em caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública.

Parágrafo único. A SEMED está excepcionalmente autorizada a prestar atendimento inicial aos funcionários de empresas terceirizadas que apresentarem febre ou sintomas respiratórios dentro das instalações do Tribunal, devendo comunicar a Administração as eventuais ocorrências registradas com a indicação da empresa a que está vinculado o paciente, respeitado o sigilo médico.

- Art. 8º A Secretaria de Administração (SAF) providenciará, dentre outras medidas, o aumento da frequência de limpeza dos banheiros, elevadores, corrimãos e maçanetas.
- Art. 9º A SEMED e Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE) deverá organizar campanhas de conscientização dos riscos e das medidas de higiene necessárias para evitar o contágio pelo COVID-19.
- Art. 10. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) deverá auxiliar as demais unidades do Tribunal quanto à adoção de videoconferência para a realização de reuniões e audiências e do uso de sistemas e equipamentos remotamente ao servidor em regime de teletrabalho, bem como a imediata adaptação do sistema de registro para permitir que o servidor registre seu ponto de forma administrativa através do seu computador da unidade de lotação, sem a necessidade do uso da digital.
- § 1° O ponto poderá ser registrado no intervalo das 7 às 20 horas, respeitando a jornada mínima diária, o horário de expediente determinado pelo gestor da unidade e o limite máximo 8 horas ininterruptas, das quais será descontada 1 hora de intervalo de descanso e alimentação, nos termos da legislação pertinente.
- 2° A prestação de serviço extraordinário deverá ser previamente autorizada pelo Diretor Geral e atender às situações previstas na Resolução TSE nº 22.901, de 12 de agosto de 2008, sendo aquelas realizada em desconformidade com a disposto na presente Portaria, desconsideradas para fins de compensação e pagamento.
- O Gabinete da Diretoria Geral deverá repassar por e-mail as seguintes Art. 11. orientações:
- I Evitar aglomerações de pessoas, sobretudo naqueles ambientes onde não seja possível garantir a ventilação adequada;
 - II Evitar o uso de elevadores;
 - III Suspender as capacitações presenciais;
- IV adiar reuniões presenciais que não sejam estritamente necessárias naquele momento; e
- V na ocorrência de reuniões inadiáveis, que essas sejam realizadas em espaços que propiciem um distanciamento de no mínimo 1 (um) metro pessoa a pessoa, conforme orientação da Organização Pan Americana da Saúde - OPAS.
- Art. 12. Ficam temporariamente suspensos a visitação pública e o atendimento presencial do público externo no âmbito da Justiça Eleitoral do Maranhão no período compreendido de 18 à 31 de março de 2020.
- § 1º No período referido no caput, todas as unidades da Justiça Eleitoral do Estado do Maranhão funcionarão em regime de plantão, mediante atendimento telefônico, de segunda a sexta-feira, nos horários e telefones disponíveis no link http://www.tre-ma.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais/endereco- telefone-e-horario-de-atendimento.
- § 2º Os Cartórios Eleitorais deverão publicizar em âmbito local o número do telefone e e-mail institucional a ser utilizado para o atendimento, o qual deverá estar disponível durante o horário de expediente, de segunda a sexta-feira.
- § 3° No âmbito dos gabinetes, fica a critério dos respectivos membros adotar restrições ao atendimento presencial do público externo ou visitação à sua respectiva área.

- § 4º O atendimento aos cidadãos nas situações urgentes, que demandem a regularização da situação do eleitor, compreendidas como tais aquelas que visem a evitar o perecimento de direitos perante outros órgãos e repartições públicas e privadas, deverá ser realizado, preliminarmente, por meio telefônico ou eletrônico, nos canais já disponíveis e identificados no sítio do TRE-MA, em www.trema.jus.br, e havendo necessidade, será agendado o atendimento presencial.
- § 5º O atendimento aos advogados e representantes de partidos políticos deverá ser realizado, preliminarmente, por meio telefônico ou eletrônico, nos canais já disponíveis e identificados no sítio do TRE-MA, em www.tre-ma.jus.br, e havendo necessidade, será agendado o atendimento presencial.
- § 6º Permanece disponível o atendimento telefônico por meio do número 0800-098-5000, das 8 às 18 horas, com abrangência estadual, assim como todos os serviços elencados no sítio do TRE-MA na internet
- § 7º Ficam suspensos no período referido no caput os prazos processuais na Justiça Eleitoral do Maranhão, excluindo-se os processos aptos a serem julgados e suas respectivas comunicações, permanecendo suspensos os prazos recursais decorrentes do julgamento.
- Art. 13. Nos dias de sessão de julgamento, somente terão acesso ao Plenário do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão a imprensa, as partes e os advogados de processos incluídos na pauta do dia, conforme divulgação das pautas de julgamento no site do Tribunal.
 - § 1º Ficam suspensas as audiências públicas no período referido no caput do artigo 12.
- § 2º Havendo partes ou advogados com sintomas visíveis de doença respiratória, estes serão encaminhados à SEMED para avaliação médica antes da liberação do acesso ou como condição de permanência no Tribunal.
- Art. 14. Fica suspensa a restrição referente o limite mensal de folgas, disposta no artigo 14, §1°, I, da Portaria TRE-MA n° 92/2012.
- Art. 15. Por se tratar de ato educativo escolar, tendente a contribuir com a contextualização curricular e com o mundo de trabalho, fica sobrestado programa de estágio, sem prejuízo ao recebimento da bolsa.
- Art. 16. Os atendimentos médicos e odontológicos serão temporariamente restritos aos casos de urgência.
- Art. 17. O Diretor-Geral da Secretaria fica autorizado a adotar outras providências administrativas necessárias para evitar a propagação interna do vírus COVID-19, devendo as medidas serem submetidas ao conhecimento da Presidência e Corregedoria.
- Art. 18. Publique-se no Diário de Justiça Eletrônico DJe e no site deste Tribunal, afixando-se ainda na parte externa das portas de todos os cartórios eleitorais.
 - Art. 19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, em São Luís, 17 de março de 2020.

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA **Presidente**

Desembargador TYRONE JOSÉ SILVA Vice-Presidente e Corregedor



Documento assinado eletronicamente por CLEONES CARVALHO CUNHA, Presidente, em 17/03/2020, às 18:11, conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por TYRONE JOSÉ SILVA, Corregedor Regional Eleitoral, em 17/03/2020, às 18:17, conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar informando o código verificador 1225741 e o código CRC C1DEEA63.

0004216-06.2020.6.27.8000 1225741v2